



Reforma da Previdência é aprovada em SP em meio a protestos

MARCH 03, 2020

A reforma da Previdência dos servidores públicos estaduais de São Paulo foi aprovada nesta terça-feira em meio a tumulto entre manifestantes contrários à proposta e a Polícia Militar.

A Tropa de Choque reprimiu os protestos dentro da Assembleia Legislativa do Estado e a PM jogou spray de pimenta e bombas de gás em servidores e sindicalistas que protestavam do lado de fora do plenário.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Previdência enviada pelo governador João Doria (PSDB) recebeu 59 votos a favor (dois votos a mais do que o necessário para aprová-la) e 32 contrários, no segundo turno da votação.

Na tentativa de acompanhar a votação da reforma da Previdência, dezenas de manifestantes entraram na Assembleia, depois de forçar uma das portas do local, e foram reprimidos por policiais em meio ao tumulto. Houve depredações e correria.

Do lado de fora da Assembleia, a polícia jogou bombas de gás lacrimogêneo contra servidores que fecharam a Avenida Pedro Álvares Cabral.

O Psol criticou a aprovação da reforma da Previdência e a repressão da PM. “A Alesp [Assembleia Legislativa] acaba de aprovar por 59 votos a favor e 32 contrários a reforma da previdência em SP, com o plenário sitiado pela Tropa

de Choque e com agressões e bombas contra trabalhadores. Mais um lamentável dia para a golpeada democracia brasileira”, afirmou o partido, no Twitter.

O deputado Carlos Giannazi (Psol) reclamou da violência contra os protestos. “Estive ao lado dos servidores, defendendo-os da violência ordenada por Doria e pelo presidente da Alesp. Colocaram a tropa de choque para atirar bala de borracha e gás de pimenta nos trabalhadores, que exerciam seu direito constitucional de manifestação pacífica”, afirmou o parlamentar.

O deputado Douglas Garcia (PSL), chamou os manifestantes de “terroristas, guerrilheiros e animais irracionais” por “destruírem o patrimônio público na Assembleia. Pelo Twitter, o parlamentar divulgou vídeos de manifestantes chutando a porta do plenário, que estava fechado para os servidores e com uma barreira feita pela Tropa de Choque da PM.

O Novo criticou os protestos e disse que “repudia a violência dos manifestantes opositores à reforma da Previdência em São Paulo, na Alesp”. “O diálogo e o respeito às instituições devem prevalecer no Estado de Direito.”

No segundo turno da votação, a PEC recebeu mais votos a favor : no primeiro turno, há duas semanas, foram 57 pela aprovação da proposta e 31 contrários.

A PEC estabelece uma idade mínima para aposentadoria, de 62 anos para mulheres e 65 para os homens, acaba com o recebimento de adicionais por tempo de serviço e proíbe a acumulação de vantagens temporárias – como o

recebimento de valores adicionais na aposentadoria por ter exercido cargos de chefia no serviço público.

Professores, policiais civis, agentes de vigilância e de escolta penitenciários, e servidores que tenham condições especiais ou com deficiência terão regras diferenciadas. Para professores, a idade mínima de aposentadoria será de 51 anos para mulheres e 56 para homens. Policiais civis e agentes penitenciários, de ambos os sexos, podem se aposentar a partir dos 55 anos. Os militares não foram incluídos na proposta aprovada na Alesp.

O governo Doria disse que no caso dos policiais militares seguirá a decisão do Congresso sobre o projeto que está em tramitação e trata das regras de inatividade de militares.

Entre as mudanças aprovadas estão o aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14% e a exigência do tempo mínimo de contribuição de 25 anos no caso de aposentadoria voluntária.

As alterações devem entrar em vigor dentro de três meses, depois que a aprovação da PEC for publicada. Os servidores que já cumpriram os requisitos para se aposentar não serão afetados pela reforma aprovada hoje.

O governador do Estado disse ter a expectativa de economizar, com o projeto, R\$ 32 bilhões aos cofres públicos em dez anos. Em nota, a gestão Doria afirmou que em 2019 o rombo com a previdência em São Paulo foi de R\$ 27,7 bilhões.

“Esse foi o gasto dos cofres públicos apenas para cobrir aposentadorias e pensões. O total destinado foi R\$ 34 bilhões, tendo sido apenas R\$ 4,8 bilhões vindos de contribuições de servidores e R\$ 1,5 bilhão de royalties”, afirmou o governo. “Sem a reforma, a despesa com aposentadorias e pensões

do funcionalismo paulista poderia superar o pagamento de salários a servidores da ativa já em 2023”.



João Doria, governador de São Paulo — Foto: Leo Pinheiro/Valor

<https://outline.com/kFCKvt>

COPY

 Annotations · [Report a problem](#)

Outline is a free service for reading and annotating news articles. We remove the clutter so you can analyze and comment on the content. In today's climate of widespread misinformation, Outline empowers readers to verify the facts.

[HOME](#) · [TERMS](#) · [PRIVACY](#) · [DMCA](#) · [CONTACT](#)